

DA PROMOÇÃO DE COLETIVOS INTELIGENTES PELAS VIAS ÉTICO-DISCURSIVAS DE APRENDIZAGENS COOPERATIVAS FUNDADAS NA RAZÃO COMUNICATIVA

EMMANOEL DE ALMEIDA RUFINO



Doutor em Educação / UFPB

EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND



Pós-Doutorado / Université Catholique de Louvain-UCL Bélgica

RESUMO

Este estudo assume como objeto o projeto formativo de coletivos inteligentes nas redes interativas do ciberespaço. Parte do pressuposto de que vivemos um inédito momento antropológico no tocante ao desenvolvimento de aparatos técnicos informacionais e comunicacionais e de que, em contrapartida, carece-nos desenvolver competências ético-discursivas para que nossas interações comunicativas se efetivem dialogicamente, possibilitando aprendizagens cooperativas. À luz epistêmica dos conceitos de inteligência coletiva (Pierre Lévy) e razão comunicativa (Jürgen Habermas), desvelamos a possibilidade da transformação das comunidades/redes aprendentes do ciberespaço em comunidades ideais de comunicação. O estudo aponta, assim, que motivados pelos pressupostos habermasianos da racionalidade comunicativa (e seus imperativos ético-discursivos), os sujeitos podem aproveitar o design interativo das redes ciberespaciais para aprender cooperativamente a partir dos saberes e competências que colocam virtualmente em sinergia enquanto interagentes cibernéticos. Conclui que, comunicativamente competentes e guiados pelos princípios habermasianos da ética discursiva, os interagentes das diversas comunidades virtuais que enredam o ciberespaço podem transformá-lo num grande e propício ambiente de promoção da inteligência coletiva.

Palavras-chave: Aprendizagem cooperativa; Ética do discurso; Inteligência coletiva; Razão comunicativa.

THE PROMOTION OF INTELLIGENT COLLECTIVES THROUGH THE ETHICAL-DISCURSIVE WAYS OF COOPERATIVE LEARNING BASED ON COMMUNICATIVE REASON

ABSTRACT

This study takes as its object the formative project of intelligent collectives in the interactive networks of cyberspace. It starts from the assumption that we live in an unprecedented anthropological moment regarding the development of informational and communicational technical devices and that, on the other hand, we need to develop ethical-discursive competences so that our communicative interactions are effective dialogically, enabling cooperative learning. In the epistemic light of the concepts of collective intelligence (Pierre Lévy) and communicative reason (Jürgen Habermas), we unveil the possibility of transforming the learning communities/networks of cyberspace into ideal communities of communication. The study thus points out that motivated by the Habermasian presuppositions of communicative rationality (and its ethical-discursive imperatives), subjects can take advantage of the interactive design of cyberspace networks to learn cooperatively from the knowledge and skills that virtually put them in synergy as cybernetic interactors. . It concludes that, communicatively competent and guided by the Habermasian principles of discursive

ethics, the interactors of the various virtual communities that entangle cyberspace can transform it into a large and favorable environment for the promotion of collective intelligence.

Keywords: Cooperative learning; Discourse ethics; Collective intelligence; Communicative reason.

1 INTRODUÇÃO

A cibercultura gera perturbações civilizatórias que, refletidas na relação com o saber, demanda uma reformulação da forma como concebemos os fundamentos da aprendizagem, centro de qualquer projeto educativo (LÉVY, 1999b).

Depois de algumas décadas do surgimento dos computadores pessoais e após a gradativa e célere transformação dos telefones celulares em smartphones com acesso à internet e funções computacionais que conectam pessoas entre si, em tempo real e sem fronteiras geográficas, podemos atestar que o fenômeno da cibercultura se globalizou. Das muitas constatações possíveis a esse respeito, destacam-se a preeminência do digital sobre o analógico, o *boom* das redes sociais, o fluxo/trânsito contínuo e célere das informações e as vias interativas que não só conectam pessoas entre si, mas também pessoas e objetos (IoT - *Internet of Things*), dentre outras. Contudo, se em toda a história humana que conhecemos, nunca dispusemos de tantos e tão qualificados suportes tecnológicos de interação com o “outro” e, por tal razão, se temos disponível uma possibilidade inédita de acesso e promoção das inteligências coletivamente dispersas no mundo humano, cabe-nos pensar formas possíveis de otimização dessa oportunidade de aprendermos mais entre si e de nos tornarmos coletivamente mais inteligentes. Para essa otimização ser possível, um condicionante nos parece inviolável: se já desenvolvemos distintos aparatos técnicos de comunicação, precisamos desenvolver competências ético-discursivas para que nossas interações comunicativas sejam dialógicas, possibilitando aprendizagens. Ademais, a consecução desse horizonte ideal passa necessariamente pela adoção daquilo que Jürgen Habermas chama de *racionalidade comunicativa*.

À luz desses pressupostos, a partir daqui nos dedicamos, portanto, à análise de como – motivados pela racionalidade comunicativa (e seus imperativos ético-discursivos) proposta por Habermas – os sujeitos podem aproveitar o design interativo das redes ciberespaciais para aprender cooperativamente a partir dos saberes e

competências que colocam virtualmente em sinergia enquanto interagentes cibernéticos. Nos termos dessa problemática e por extensão, propomos-nos a pensar a racionalidade comunicativa como referencial motivador à transformação das comunidades/redes aprendentes do *ciberespaço* em comunidades ideais de comunicação. Para tanto, organizamos nossa discussão a partir da seguinte guia argumentativa: (1) considerando que interações comunicativas dependem do domínio pragmático da(s) linguagem(ns) envolvida(s) no horizonte comunicacional particular dos sujeitos em relação e, considerando as particularidades das interações cibernéticas, a possibilidade da aprendizagem cooperativa entre esses interagentes deve passar pela promoção de sua(s) competência(s) comunicativa(s). (2) Assim competentes, esses sujeitos em interação devem se comportar ético-discursivamente de modo que suas ações sejam efetivamente comunicativas, abrindo, assim, a possibilidade para que se forjem aprendizagens cooperativas e para que se perfaça o nosso potencial de inteligência coletiva.

Diante desses condicionantes, os sujeitos talvez *possam* transformar o universo interativo ciberespacial numa grande comunidade ideal de comunicação, num horizonte propício da convergência das inteligências particulares, do enredamento das aprendizagens possíveis e, por fim, da inteligência coletiva.

2 MARCOS EPISTEMOLÓGICOS

À luz do escopo central de nossa investigação, a saber, compreender a possibilidade da promoção de coletivos inteligentes pelas vias ético-discursivas da racionalidade comunicativa, partimos de alguns pressupostos teóricos fundamentais que agora vamos explicitar a fim de tornar inteligível e válido o percurso analítico outrora anunciado. Ei-los: *ciberespaço*, inteligência coletiva, Espaço do Saber e agir comunicativo. Inicialmente, vamos tratar dos três primeiros conceitos, advindo do lastro teórico de Pierre Lévy para que, enfim, analisemos a concepção habermasiana de agir comunicativo.

Segundo Pierre Lévy (1999a), somos contemporâneos de uma inédita experiência antropológica que ele define por *Espaço do Saber* (o mais atual dos quatro espaços antropológicos que esse pensador reconhece na história humana, desde os seus primórdios). Mas do que um lugar, isso que Lévy categoriza como espaço

antropológico¹ é uma experiência, porque traduz os comportamentos e realizações humanas não só globalmente dispersas, mas acessíveis em tempo real. Segundo ele, o Espaço do Saber surgiu na esteira da revolução informacional e comunicacional oriunda do século XX e, com o *boom* da internet, foi redimensionando as relações/interações (econômicas, políticas, acadêmicas, etc.) – e as próprias inteligências – humanas no seio tecnossocial da atual cultura cibernética (cibercultura).

Além disso, ao redefinir tanto o modo como os indivíduos humanos (re)produzem e têm acesso ao conhecimento disperso no Espaço do Saber, como também a maneira como utilizam as mídias de interação para enredarem relações, o progresso das tecnologias digitais promovem uma inédita engenharia dos laços sociais, capaz de dar visibilidade e valorizar ao máximo a diversidade das qualidades humanas (LÉVY, 1999a, p. 32). Ora, cada vez mais digital, a experiência humana no mundo da (ciber)cultura assume contornos fluidos/voláteis, desterritoriais e interativos, já que a quantidade de (inter)conexões possíveis que os seres humanos e as máquinas/coisas podem estabelecer entre si hiperdimensionam os próprios limites da cultura que conhecemos, especialmente pelo fato de que, diante do intenso fluxo de compartilhamentos de dados e interações comunicativas, a própria concepção de cibercultura se entende melhor com um olhar no presente e outro no futuro, porque não dizer de um modo escatológico (?).

Como sucedâneo da revolução informacional e comunicacional subjacente ao Espaço do Saber, o *ciberespaço* desponta como outro conceito fundamental. Empregado pioneiramente em 1984, por William Gibson (em seu romance de ficção científica intitulado *Neuromancer*) e concebido como o universo das redes digitais como ambiente de encontros e aventuras, espaço virtual de novos conflitos mundiais e relações econômicas e culturais, o ciberespaço foi assumindo – com o tempo – uma realidade que transcendeu a mera virtualidade originária, já que atualmente pessoas e coisas vivem num mundo infraestruturado com cada vez menos cenários

¹ Segundo ele, espaço antropológico “é um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico), e, portanto, dependente de técnicas, de significações, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas” (LÉVY, 1999a, p. 22). Na história humana, despontam quatro *Espaços Antropológicos* distintos: a Terra, o Território, o Espaço das Mercadorias e o Espaço do Saber. Cada um deles representa um ambiente propício para a constituição de um tipo específico de bagagem cultural produzida por um grupo humano. Nesse aspecto, sejam quais foram essas especificidades, essa ‘bagagem’ resulta da mobilização coletiva – mais ou menos elaborada – das competências, recursos e projetos coletivamente disponíveis.

permanentemente *offlines*. Para Lévy (1999b), o *ciberespaço* é o horizonte comunicativo que surge da interconexão mundial dos computadores e de suas memórias e diz respeito não só à infraestrutura material da comunicação digital, como também ao universo de informações que abriga e aos indivíduos que navegam interativamente por esse universo. E ademais: é “o espaço móvel das interações entre conhecimentos e conhecedores de coletivos inteligentes desterritorializados” (LÉVY, 1999a, p. 29).

No seio do fenômeno da cibercultura e de seus pressupostos tecnossociais (como o ciberespaço) desponta o conceito levyniano de *inteligência coletiva*. Para compreendermos esse conceito precisamos, antes de mais nada, considerar a natureza pleonástica que Lévy intencionalmente lhe atribui. Ora, Lévy associa a noção de *inteligência* a uma perspectiva necessariamente *coletiva*, já que, segundo ele (1996), apesar de fundamentais, não são somente as linguagens, os artefatos e as instituições sociais que pensam dentro de nós, mas todo o mundo humano [ou como sugere Habermas (2012b), todo o mundo da vida, com sua gramática intersubjetiva, suas linhas de desejo, seus polos afetivos, suas máquinas mentais híbridas, seus horizontes de sentido repletos de imagens]. Nesse sentido, diz Lévy (2010, p. 221-222):

a inteligência é sempre o feito de um coletivo interdependente: coletivo de ideias, de pensamentos, de módulos cognitivos, de neurônios, de células, de organismos, de espécies etc. O termo “inteligência coletiva” é um pleonasma. Nossos preconceitos culturais nos inclinam a imaginar que a inteligência seria a propriedade de indivíduos. Assim, preferimos adicionar o adjetivo “coletivo” a fim de qualificar corretamente a potência de autocriação, quer ela seja biológica ou cultural. Se a inteligência coletiva é largamente distribuída na natureza, a inteligência coletiva humana possui alguns traços que fazem dela uma exceção.

No Espaço do Saber, a inteligência coletiva se enreda em meio a interligação virtual da inteligência humana distribuída em rede, via internet. Ela diz respeito não só à “bagagem” cultural da qual uma coletividade humana é dotada (saberes, habilidades, competências, tecnologias, etc.), mas principalmente à capacidade que os sujeitos têm de mobilizar essa bagagem na interação com outros, para corrigir, reproduzir ou criar novos conhecimentos, artefatos técnicos e etc. Especialmente “no sentido da educação, das faculdades de aprendizagem”, foco deste estudo, a *inteligência coletiva* concerne ao “aprender em conjunto e uns dos outros” (LÉVY, 1999b, p. 207), característica que faz do atual espaço antropológico o solo mais fecundo

em toda história para o desenvolvimento da inteligência coletiva, pela facilidade tecnológica de aproximar os indivíduos humanos para que aprendam entre si.

Para concluirmos esse tópico de categorizações epistemológicas necessária à análise a porvir, dediquemo-nos à sintética exposição do que aqui se compreende pelo conceito habermasiano de *agir comunicativo*.

Pedra angular do pensamento habermasiano, o conceito de agir comunicativo prevê o papel da linguagem como mediadora discursiva, prática e normativa de um agir social orientado para o entendimento intersubjetivo, por meio de processos de argumentação que se revelam mecanismos fundamentais a quaisquer tipos de aprendizagens. Habermas distingue o agir comunicativo de outros modos de ação que figuram no âmbito das relações sociais, visto que, de um modo geral, as ações humanas possuem certas distinções tipificadoras que balizam aspectos próprios de racionalidade: assim, ele afirma que o agir humano pode manifestar um caráter *normativo* (ação regulada segundo normas), *dramatúrgico* (ação encenada), *teleológico* (de viés estratégico e instrumental) e *comunicativo*.

O *agir comunicativo* se constitui na relação intersubjetiva, assume a linguagem como medium fundante da coordenação da ação e, a partir dessa mediação, possibilita que os interagentes possam se comunicar em referência simultânea aos mundos objetivo, subjetivo e social (HABERMAS, 2012a, p. 183-184). Essa forma de agir “refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais)” (HABERMAS, 2012a, p. 166), de modo que esses “atores buscam um entendimento sobre a situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações”, perseguindo metas tão somente à luz de um acordo existente ou negociável acerca das consequências esperadas (HABERMAS, 1989). Todos os tipos de “agir” citados anteriormente compartilham um sentido unilateral e diretivo na perspectiva de ação entre os sujeitos, privilegiando um agente e suas escolhas em detrimento do outro (mesmo quando os agentes consensuam), anulando assim, *feedbacks* possíveis.

A referida unilateralidade dessas orientações linguísticas não encontra o mesmo termo com o modelo comunicativo de ação. Nele, todas as funcionalidades da linguagem recebem a mesma atenção. Para esse modelo de agir, o valor da linguagem se perfaz quando, na pragmática da comunicação e firmando referências *reflexivas* ao mundo (de modo distinto à maneira das outras formas de agir), sujeitos capazes de fala

e ação fazem uso de sentenças proferidas com o intuito de produzir entendimento mútuo. Nesse sentido, os sujeitos do agir comunicativo não recorrem aos três mundos com referências pontuais, abrindo margem para que a validação dos seus atos de fala passe pelo juízo contestatório de outros atores implicados nesse processo linguístico, ou seja, pelo crivo de pretensões de validade (conceito que discutiremos mais adiante).

Por hora, queremos sublinhar o fato de que, à luz do exposto, o agir comunicativo advoga a superação de todo e qualquer pendor monológico subjacente a interações linguísticas, ao passo que desenvolve condições racionais propícias para o protagonismo dialogal dos sujeitos². Assim, a iniciativa de cada sujeito de articular atos de fala se faz *com* o outro e não *sobre* o outro, viabilizando uma forma de agir propícia à reunião dos saberes intersubjetivamente partilhados e à consequente construção coletiva e dialógica de um saber comum, numa dinâmica tipicamente cooperativa de aprendizagens, cara, por sua vez, à concepção levyniana de inteligência coletiva que neste estudo analisamos.

3 DA FORMAÇÃO DE SUJEITOS COMUNICATIVAMENTE COMPETENTES A APRENDIZAGENS COOPERATIVAS NAS REDES INTERATIVAS DO CIBERESPAÇO

Não existe apenas uma linguagem no ciberespaço e até mesmo os suportes informáticos e telemáticos – de que os sujeitos fazem uso para estabelecer conexão virtual – não possuem um padrão em seus designs interativos e em suas linguagens de programação. A isso se soma a existência de uma diversidade incomensurável de identidades linguísticas que vão debutando, se arranjando e rearranjando nas teias do ciberespaço, especialmente pela dinâmica líquida da vida contemporânea (BAUMAN, 2007). Se diante dessa realidade nos vemos “presos” ao difícil desafio de forjarmos caminhos racionais à formação de coletivos inteligentes num ambiente comunicativo tão plural em linguagens como o é o ciberespaço, a matemática e a música nos parecem oferecer uma pista reveladora para desatarmos alguns nós desse desafio.

Existem padrões universais de linguagem que “harmonizam” os transeuntes do ciberespaço diante das exigências de uma compreensão e convivência mútua, por mais

² “A ação comunicativa está, portanto, baseada num processo de cooperação, conduzida pela argumentação, com vistas ao entendimento último quando ouvintes e falantes se referem a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo” (MELO NETO, 2011, p. 97).

ou menos próximos que eles naveguem entre si. Se o inglês constitui a língua mais usada na internet (o que não significa que ela é a melhor, mas a que ganhou mais notoriedade especialmente porque a internet nasceu “falando” inglês), ele passa a dispor de códigos de entendimento linguístico tão universais quanto a matemática, ou as partituras de uma música. Contudo, para saber tocar uma música ou “tocar” comunicações virtuais, um sujeito precisa aprender essas linguagens universais, que como qualquer linguagem que assim se assume, abre a *possibilidade* do entendimento mútuo entre os sujeitos e de que, assim, eles possam promover experiências de aprendizagem cooperativa a partir de atos de fala que possam vir compartilhar.

Aprendizagens cooperativas em horizontes interativos cibernéticos demandam que os sujeitos se tornem competentes na compreensão e utilização da linguagem universal tecnológica que dá acesso funcional às redes cibernéticas. De outro modo, a eles se destina ficar à deriva no oceano agitado do ciberespaço, transitando pelo desconhecido, dispendendo tempo, submetendo-se a rumos nem sempre profícuos quando “encontrados” por outros navegantes. Não basta que os sujeitos disponham de tecnologias da inteligência coletiva se eles não possuem capacidade para fazer uso delas (e do potencial de saberes e competências humanas que elas trazem “à tona”) na interação cotidiana, junto com outros sujeitos com quem estão em constante comunicação (LÉVY, 1999a). Em outros termos: de nada adianta dispormos dos atuais mecanismos tecnológicos de comunicação – que nos possibilitam condições inéditas de estabelecermos interações e ações cooperativas – se não somos competentes para usufruir do potencial desse suporte no trato comunicativo cotidiano.

Nessa esteira, floresce outro aspecto fundamental às aprendizagens cooperativas firmadas nas bases do agir comunicativo: por seu caráter eminentemente relacional, elas demandam sujeitos pragmaticamente competentes para a interação linguística, sob o risco da emergência de processos interativos monológicos e passíveis de investidas heteronomizantes, que, por sua vez, até podem “vestir” algum agente de fala dos véus discursivos do ensino, da conscientização e de outros afins, mas o farão tutelados por princípios estranhos ao agir comunicativo. Por tais motivos, não basta ao sujeito possuir tal competência se ela está ausente no outro com quem ele quer interagir. Seguem-se algumas razões para tais assertivas.

Para além do fato de serem constantemente desafiados em suas capacidades de comunicação enquanto navegantes do ciberespaço, os internautas que venham a acolher para si as premissas do agir comunicativo são impelidos a desenvolver – dentre

outras coisas – a capacidade de dialogar, um atributo – aliás – exigente e repellido por muitos, pelas “demoras” que todo diálogo demanda, mesmo quando ele se processa num curto espaço de tempo. Não por acaso, como outrora já afirmamos, monólogos são expedientes mais sedutores aos que no outro apenas buscam algo para si. Todavia, como vislumbramos tornar o ciberespaço um horizonte tecido por coletivos inteligentes e como sabemos ser para isso necessário pensar o comportamento comunicativo e aprendente dos sujeitos, cultivar o diálogo significa – em primeiro plano – garantir a fala do outro, descentrando-se para a possibilidade de ouvi-lo. O diálogo pressupõe a autonomia. Contudo, para que esse ato de fala possa ser promotor de aprendizagens mútuas, é fundamental que o sujeito seja capaz de formular bons argumentos *com* outro(s) sujeito(s). Nesse sentido, aliás, o fomento da competência comunicativa como marco de diálogos traduz os germens emancipatórios e iluministas da razão comunicativa (HABERMAS, 2000): retirar empecilhos que impeçam os sujeitos de escapar da minoridade da razão, de situações heteronômicas (KANT, 1985); fomentar os interesses coletivos contra iniciativas deterministas de acoplamento que colonizem e gerenciem as esferas da cultura, da sociedade e da personalidade.

Por estar fundado na competência comunicativa, o diálogo requer que os sujeitos da comunicação estejam dispostos a encontrar – aprendendo e ensinando – uma linguagem comum que equalize as possibilidades de entendimento e a construção dos enunciados e que validem seus discursos com normas intersubjetivamente discutidas e preservadas (o que vai reclamar, por conseguinte, uma ética discursiva que, dentre outras coisas, aponta para o desenvolvimento de aspectos da inteligência coletiva como a sociabilidade, o respeito ao outro e etc.). Em outras palavras, no cenário do agir comunicativo, ao encontrar no universal de uma linguagem comum uma referência de entendimento mútuo, cada sujeito deve se responsabilizar pelo fomento da competência do(s) outro(s).

Entre os que ensinam-aprendem e os que aprendem-ensinam pela horizontalidade do diálogo (que marca a cooperação intersubjetiva no intenso conflito de ideias que configura o universo linguístico da comunicação), a competência para forjar – com autonomia – argumentos bem fundamentados em seus pressupostos racionais e atentos às expectativas de validade dos sujeitos em geral é base importante para qualquer experiência qualificada de aprendizagem cooperativa no ciberespaço.

Num debate qualquer em algum ambiente/canal de comunicação cibernético, os interlocutores desperdiçam o potencial de inteligência coletiva de sua experiência

interativa se se *centram* no cultivo de suas próprias competências comunicativas, despreocupados com o *upgrade* da competência do outro. A inteligência coletiva só se perfaz na intersubjetividade. Em outras palavras, a leitura de Habermas nos sugere que os sujeitos serão mais inteligentes quanto mais se comprometerem com o fomento da competência do outro à comunicação. Por mais bem dotado de saberes e competências que esteja, um sujeito isolado será carente de inteligência coletiva ao se omitir ao diálogo, a um *outro* a quem possa ensinar e de quem possa aprender algo. Nesse sentido, se em todo processo relacional mediado pela linguagem, os sujeitos aprendem e ensinam no intercâmbio comunicativo, os ambientes virtuais de comunicação são horizontes fecundos ao diálogo.

No âmbito do pensamento levyniano, um inteligente coletivo se revela necessariamente como um falante competente e comprometido com os demais (inclusive à promoção de suas competências para que possam agir comunicativamente). Isso assim se revela porque as ações sinérgicas de intercâmbio de saberes, as dinâmicas de socialização que exigem um consenso intersubjetivo e tudo o mais que possa despontar num coletivo como pauta para o uso da linguagem exige dos sujeitos o preparo para que eles assumam uma posição de fala, um argumento. Contudo, a construção de argumentos para atos de fala não é condição suficiente à consecução do agir comunicativo. Habermas nos adverte que a força desses argumentos não deve estar em seu preparo retórico, no teor persuasivo de sua construção estético-expressiva: os sujeitos precisam ser competentes para emitir assertivas racionais que alcancem o fim ilocucionário, “qual seja chegar a um entendimento mútuo sobre alguma coisa do mundo com pelo menos mais um participante da comunicação” (HABERMAS, 2012a, p. 36-37). Quanto mais competentes forem para comunicar atos de fala ilocucionários e bem fundamentados, mais os sujeitos se qualificam à participação cooperante – e, portanto, inteligente – num coletivo. A respectiva gradação qualitativa depende que eles adiram aos termos ético-discursivos chancelados na pragmática dos jogos linguísticos como, por exemplo, o respeito às expectativas de validade e o compromisso com o bem comum (fundado normativamente).

Diante do exposto, destacamos ainda a múltipla relevância “pedagógica” da competência comunicativa nos processos aprendentes das interações linguísticas cotidianas: assim competentes, os sujeitos podem desenvolver discursos cujas pretensões de verdade proferidas sejam coerentes em seus fundamentos racionais;

assim, os discursos podem ser ordenados de modo que os demais interlocutores possam nele encontrar razões válidas para a tessitura de acordos recíprocos. Nesse sentido, investir na formação da referida competência significa capacitar os sujeitos à intervenção crítica no mundo, à (re)construção de paradigmas estabelecidos socialmente. Essa ideia vai ao encontro da perspectiva da racionalização do mundo da vida, porque marca um requisito importante para que os sujeitos possam ser capazes de desmistificar aquilo que se lhes impõe como entrave para sua emancipação (HABERMAS, 2012a).

Assim dispostos num movimento de descolonização do mundo da vida, os sujeitos podem agir desarticulando os vetores normativos e centralizadores do mundo sistêmico que planifica as ações (inter)subjetivas em função da manutenção da ordem dominante. Contudo, no horizonte do ciberespaço os sujeitos podem desconstruir quaisquer discursos que também repercutam uma razão avessa ao agir comunicativo, mesmo que a iniciativa dos atos de fala não provenha da esfera sistêmica; afinal, como vimos anteriormente, há muitos internautas que se utilizam dos canais de comunicação – principalmente as redes sociais – para promover atos com fins avessos ao entendimento mútuo e ao bem intersubjetivo.

Quando (inter)agem nas redes comunicativas do ciberespaço motivados por uma racionalidade cognitivo-instrumental, os sujeitos tendem a tecer colocações discursivas que se revelarão indiferentes aos interesses alheios, o que pode delinear – num contato com um *outro* – um cenário comunicativo de trocas incongruentes em suas finalidades. Somado a isso está o problema de que, nesse cenário cibernético, posturas de ação amoldadas à filosofia da consciência podem utilizar a virtualidade da infraestrutura comunicativa como um espectro de poder que venha a nutrir uma inconsequência ética nos planos de ação. Se essas posturas são comuns ao plano *atual* da realidade (ou seja, ao campo das relações *tête-à-tête*), o véu da virtualidade se revela demasiado convidativo para instigar atitudes egocêntricas voltadas a constranger os demais sujeitos aos interesses privados da ação. Num cenário como esse de distorções comunicativas, os sujeitos ficam inviabilizados de aprender uns com os outros, por mais que disponham que condições técnicas de fazê-lo. Nesse sentido, racionalizar o mundo da vida ciberespacial significa criar uma cultura comunicativa que substitua o sujeito mentalista e monológico pelo sujeito do diálogo, intersubjetivamente

comprometido com a *netiqueta*³ vigente e com a construção coletiva de situações ideais de fala e ação que possam transformar as redes de comunicação virtuais em canais propícios de aprendizado e evolução social.

Em suma, à luz dos pressupostos do agir comunicativo e pensando a comunicação virtual em quaisquer ambientes do ciberespaço em que os sujeitos possam interagir e busquem aprender cooperativamente, asseveramos: não pode haver efetivo diálogo – e, portanto, não se pode almejar a promoção da inteligência coletiva – se os sujeitos não forem competentes para falar e agir, fazendo-o com condições de justificar seus enunciados no âmbito das esferas que compõem seu mundo da vida, condição que para Habermas (1989) só se perfaz num estágio pós-convencional; além disso, uma importante marca de coletivos inteligentes pensados sob a referência do agir comunicativo é a corresponsabilidade para com a formação da competência do outro. Aliás, esse comprometimento faz com que o ciberespaço – que é um horizonte de vastas possibilidades discursivas – possa se efetivar como uma esfera pública não menos vasta de aprendizagens cooperativas possíveis e do alcance utópico da evolução social.

4 DA OTIMIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA COLETIVA PELAS VIAS ÉTICO-DISCURSIVAS DO AGIR COMUNICATIVO

Considerando o privilegiado suporte interativo das redes ciberespaciais e diante da possibilidade de colocarmos virtualmente em sinergia nossos saberes e competências, aqui assinalamos um desafio urgente e crucial, caso nos queiramos coletivamente inteligentes: precisamos aprender a aprender cooperativamente. Como a comunicação é base desse cenário interativo⁴, aprendizagens cooperativas inspiradas nas bases teóricas do agir comunicativo requisitam um suporte ético-discursivo.

³ “*Netiqueta* (do inglês ‘network’ e ‘etiquette’) é uma etiqueta que se recomenda observar na internet. A palavra pode ser considerada como uma gíria, decorrente da fusão de duas palavras: o termo inglês *net* (que significa ‘rede’) e o termo ‘etiqueta’ (conjunto de normas de conduta sociais). Trata-se de um conjunto de recomendações para evitar mal-entendidos em comunicações via internet, especialmente em e-mails, chats, linhas de discussão, etc. (...) As origens da Netiqueta são anteriores ao aparecimento da World Wide Web. Já eram usados em métodos de mensagens tais como Telnet, Usenet, Gopher, Wais, e FTP de corpos educacionais e de pesquisa denominados Internet traffic. Na época, era considerado indecente fazer anúncios comerciais e começou a considerar-se necessário um conjunto comum de regras. O termo “netiquette” (inglês) já é usado desde 1983”. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Netiqueta>. Acesso em 18 de Setembro de 2022.

⁴ “O ciberespaço oferece instrumentos de construção cooperativa de um contexto comum em grupos numerosos e geograficamente dispersos. A comunicação se desdobra aqui em toda a sua dimensão pragmática. Não se trata mais apenas de uma difusão ou de um transporte de mensagens, mas de uma

Como um dos pressupostos fundantes da *Teoria do agir comunicativo* de Habermas, a ética do discurso assume o escopo emancipatório do projeto da modernidade a partir de uma razão comunicativa que assume a intersubjetividade como referência matriz. Na contramão da filosofia da consciência, Habermas “busca conectar a linguagem com as referências de sentido que fundamentam o papel do sujeito em seu espaço de ação intersubjetiva, questionando os padrões normativos do uso público da razão, através da pragmática linguística” (MEDEIROS, 2008, p. 196).

Com o imperativo categórico, Kant apresenta à modernidade uma proposta de discursividade prática fundada no pressuposto da universalização e, desse modo, convida os sujeitos a dialogar com a diversidade de juízos e interesses dos outros e a buscar elos de convergência pautados na adoção desse outro na coordenação de seus juízos e interesses. De modo propedêutico, essa elaboração teórica abriu o projeto racional de modernidade ao pressuposto da intersubjetividade e, por seu turno, se tornou fecunda a ideários teóricos pautados na função intersubjetiva da linguagem, tal como vemos em Habermas (2007a; 2000; 2002; 1992a), que funda as relações humanas na base dialógica do acolhimento da perspectiva alheia, especialmente porque o diálogo pressupõe um olhar descentrado dos sujeitos em relação ao “outro”. Na base dessa compreensão de descentramento, Habermas assume a autonomia como princípio caro à viabilidade de interações linguísticas efetivamente dialógicas, intersubjetivas, e, portanto, ético-discursivas.

Se para Kant a ética pressupõe uma razão prática ainda presa à abstração do juízo cognoscente capaz de captar a validade normativa de um cenário social, independente das vozes que dimanam desse contexto, para Habermas (1991), isso posiciona um limite a ser transposto hermeneuticamente tão logo o emprego dessas normas precisem da chancela dos demais envolvidos na sua instituição. A ética do discurso não se fecha à avaliação da conduta ao campo monológico da vontade autônoma do sujeito do imperativo categórico e transpõe fundamentações assentadas meramente no referencial do dever⁵. Nesse sentido,

interação no seio de uma situação que cada um contribui para modificar ou estabilizar, de uma negociação sobre significações, de um processo de reconhecimento mútuo dos indivíduos e dos grupos via atividade de comunicação” (LÉVY, 1996, p. 113-114).

⁵ “O conceito intersubjetivista de autonomia leva em linha de conta que o livre desenvolvimento da personalidade de cada um depende da realização da liberdade de todos” (HABERMAS, 1991, p. 27). Nessa perspectiva em que a liberdade de cada um depende da liberdade coletiva, os indivíduos do ciberespaço também só serão coletivamente inteligentes se se ajudarem mutuamente quanto ao uso competente do *know-how* de inteligência coletiva do Espaço do Saber.

Não é por acaso que o imperativo categórico dirige-se a uma segunda pessoa do singular, dando a impressão de que cada um por si, *in foro interno*, pode submeter às normas a prova, segundo convém. Mas, de fato, a aplicação reflexiva do teste de generalização exige uma situação de reunião em conselho, em que cada um se vê coagido a acatar a perspectiva de todos os demais, para comprovar se a norma, do ponto de vista de cada um, poderia ser almejada por todos. Essa é a situação de um discurso racional que visa o entendimento mútuo e do qual participam todos os envolvidos (HABERMAS, 2007b, p. 48).

Por tais razões, na ética do discurso o mecanismo da argumentação toma o lugar do imperativo categórico kantiano, de modo a promover a intersubjetividade discursiva em detrimento do sujeito epistêmico e moral⁶ (BRENNAND; MEDEIROS, 2006). À luz dessa atualização que Habermas aplica à racionalidade prática subjacente à ética kantiana e manifesta no imperativo categórico, uma modelagem habermasiana de coletivos inteligentes reclama alguns condicionantes: sua formação depende que seus sujeitos se reconheçam mutuamente, cooperem reciprocamente e sejam livres para fundar e aplicar autonomamente suas normas de interação. A linguagem aqui também é fundamental, tendo em vista a fragilidade humana diante da pluralidade de formas de vida socioculturais em que os indivíduos se enredam e considerando que ela é o medium através do qual cada indivíduo modela e legitima sua identidade subjetiva na relação com os outros. Destarte, como a individualização é chancelada na socialização, dois compromissos são associados à moral: promover *justiça* e *solidariedade*. À primeira se associa à garantia de que todos os sujeitos sejam livres, respeitados e possuidores de direitos paritários; à segunda, a garantia que todos se respeitem mutuamente enquanto integrantes que se identificam como um grupo e que assim se dedicam à consecução de benesses comuns.

Nos termos éticos-discursivos do compromisso intersubjetivo, o respeito ao outro é fundamental ao agir comunicativo e encontra relevante ressonância no cotidiano das redes cibernéticas de comunicação, especialmente quando ele é marcado

⁶ Os princípios “U” (universalização) e “D” servem à realização dessa tarefa de substituir o sujeito epistêmico e moral pela intersubjetividade discursiva. Sobre esses princípios, diz Habermas: “Como princípio de universalização, que deve ser cumprido como regra de argumentação, eu proponho a seguinte formulação: cada norma válida deve satisfazer a condição segundo a qual as consequências e os efeitos secundários resultem – de maneira previsível – de sua observação *universal* na intenção de satisfazer os interesses *de todos e cada um* podem ser aceitos sem constrangimento por *todas* as pessoas relacionadas. Se é possível deduzir ‘U’ do conteúdo normativo de pressuposições pragmáticas universais de argumentação em geral, a ética de discussão se deixa trazer de volta à formulação seguinte, mais eficiente: (D) Cada norma válida deve poder encontrar o assentimento de todos os envolvidos que venham a participar de uma discussão prática” (HABERMAS, 1992a, p. 34). A propósito, a citação precedente da referida obra de Habermas foi traduzida do francês para o português pelo autor da tese.

por iniciativas que atentam à *netiqueta*, como – por exemplo – os ataques⁷ de crackers e *trolls*⁸. Ora, quando consideramos o papel das tecnologias digitais e de seus designs interativos no caso de manifestações políticas antiditatoriais, a internet⁹ não só se revela uma grande aliada contra ações sistêmicas que visam gerenciar os coletivos humanos, oprimindo-os, mas também pode viabilizar posturas opressoras de atores externos ao mundo dos sistemas.

O poder é um médium não-interativo usado não apenas por corporações econômicas e políticas; afinal, os perfis que circulam nas redes ciberespaciais são contemplados pelo poder de empresariar suas próprias ações virtuais (porque estão “capitalizados” com o potencial aberto de fala e ação, fornecido pelas novas tecnologias). Nesses termos, se – junto a Lévy¹⁰ – não nos parece sensato atribuir culpa às tecnologias (nesse caso, à internet) pelos potenciais “destrutivos” que seu uso possa trazer, já que elas não são morais, mas somente os seres humanos que as criam e as utilizam, o problema da ética desponta preeminentemente na pauta de qualquer reflexão sobre como “povoar” o ciberespaço de coletivos inteligentes, em meio a tantos designs tecnológicos que nos fornecem incontáveis formas de interagir comunicativamente.

Aqueles que habitam o ciberespaço podem “aproveitar” a grande abertura que possuem à livre expressão de seus pensamentos para encampar posturas antidialógicas, segregacionistas e não poucas vezes criminosas. Tal “liberdade” chancela – para muitos sujeitos – a crença de possuírem poderes ilimitados de fala e

⁷ Sobre isso, adverte-nos Pierre Lévy (1999a, p. 12): “graças às redes digitais, as pessoas trocam todo tipo de mensagens entre indivíduos ou no interior de grupos, participam de conferências eletrônicas sobre milhares de temas diferentes, têm acesso às informações públicas contidas nos computadores que participam da rede, dispõem da força de cálculo de máquinas situadas a milhares de quilômetros, constroem juntos mundos virtuais puramente lúdicos – ou mais sérios –, constituem uns para os outros uma imensa enciclopédia viva, desenvolvem projetos políticos, amizades, cooperações (...), mas dedicam-se também ao ódio e à enganação”.

⁸ “Na gíria da internet, [um Troll] designa uma pessoa cujo comportamento tende sistematicamente a desestabilizar uma discussão e a provocar e enfurecer as pessoas nela envolvidas. O termo surgiu na Usenet, derivado da expressão *trolling for suckers* (lançando a isca para os trouxas), identificado e atribuído aos causadores das sistemáticas *flamewars*. (...) Há trolls de todo tipo, desde o mais ignorante e rude que ofende e provoca *floods*, até ao mais erudito que discursa com o objetivo de desestabilizar o interlocutor e levá-lo à fúria para depois desqualificá-lo, matando seu argumento e abalando a sua reputação num fórum”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Trol_\(internet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Trol_(internet)). Acesso em 18 de Setembro de 2022.

⁹ Apesar de poderem fazer uso da internet para os fins propagandísticos que lhes convém, as ditaduras costumam ter certo desconforto com a internet, especialmente porque ela é um canal virtualmente aberto à transparência das informações e à livre construção do pensamento, expresso por cada um que tem acesso a essa grande rede informática.

¹⁰ “Nem a salvação nem a perdição residem na técnica. Sempre ambivalentes, as técnicas projetam no mundo material nossas emoções, intenções e projetos. Os instrumentos que construímos nos dão poder, mas, coletivamente responsáveis, a escolha está em nossas mãos” (LÉVY, 1999b, p. 17).

ação, cenário que vem se revelando cada vez mais comum especialmente nas redes sociais, onde o uso inconsequente desse poder vem aflorando muitos casos de cibercrimes (AGUIAR; BRENNAND, 2016), associados especialmente à sensação de impunidade, tanto pela incipiência de regulações jurídicas acerca dos cibercrimes, quanto pela compreensão de que a complexidade e a virtualidade da rede esconde as verdadeiras identidades. Os agentes que atacam a netiqueta – de modo cibercriminoso ou não – revelam outra forma de uso não-interativo dos mecanismos cibernéticos e a vulnerabilidade da redes virtuais de interação à atuação de “perfis” que mobilizam certos poderes para colonizar o campo de ação daqueles que compõem a esfera subjetiva e social do grande mundo da vida que é o ciberespaço.

Tal “vulnerabilidade” também não nos parece ser um problema da internet e das tecnologias digitais que a nutrem. Essas tecnologias fornecem um suporte para ações humanas, podendo captar e traduzir boas e más intenções. Nesses termos, cada suporte é um *phármakon*¹¹, possivelmente benéfico (remédio), possivelmente maléfico (veneno). Entre esses polos potenciais estamos todos nós que utilizamos os suportes tecnológicos e estão aqueles que cometem *trollagens* e/ou cibercrimes e que, assim, pervertem a *netiqueta*, desrespeitando as singularidades alheias, segregando suas subjetividades, suprimindo suas iniciativas autênticas de fala e ação e atentando, pois, contra os valores da inteligência coletiva. Nesse sentido, tocamos num problema ético fundamental que nos remete novamente às diretrizes da ética do discurso de Habermas: o modo como os sujeitos do ciberespaço se relacionam enquanto utilizam suas potências de fala e ação.

À luz de Habermas, não se revela exagerado afirmar que, desprovidos de senso ético na linha do respeito intersubjetivo, os sujeitos do ciberespaço tendem a alimentar uma coabitação desarmoniosa, cultivando atos violentos através dos canais virtuais de interação. A web revela renovados exemplos de sujeitos que publicizam algo de modo imperioso e violento. Sem esse cuidado ético, os sujeitos ficam passíveis a interações carentes de justiça e solidariedade, referenciais imprescindíveis à “coesão” relacional, à reciprocidade das intenções, dos compromissos, da confiança e das expectativas quanto ao outro. Sem esse cuidado ético e, portanto, sem esses referenciais que tendem a aproximar uns aos outros e a abri-los a uma relação autêntica e empática, os sujeitos dificilmente conseguirão estabelecer laços cooperativos de aprendizagem mútua.

¹¹ Conforme o sentido original do étimo grego *phármakon*, aqui também o traduzimos mantendo a sua dualidade semântica: *phármakon* tanto é remédio, quanto veneno.

Com esses apontamentos, ventilamos perspectivas críticas para a ressignificação das experiências interativas dos sujeitos que se comunicam virtualmente no ciberespaço. Esses referenciais ético-discursivos nos desvelam os limites e potencialidades da nossa atuação cibernética enquanto sujeitos capazes de fala e ação. Se a grande rede (*web*) certamente é palco de muitos casos diários de interações éticas, dialógicas, ricas em aprendizagens compartilhadas, não é incomum presenciarmos discussões online que mais parecem brigas de rua, onde apenas se quer vencer o outro (leia-se sua opinião) a todo custo, mesmo que para isso se precise desferir ataques letais à subjetividade alheia.

Há quem sequer estabeleça laços mínimos de discussão, interagindo remotamente com outro para violentá-lo de algum modo. Há sujeitos que – enquanto se posicionam discursivamente junto a um outro qualquer – não estão preocupados em estabelecer caminhos consensuais e, por vezes, até mesmo em se fazer entender mutuamente. Há quem não quer “ouvir” o que o outro tem a dizer (suas intenções e as razões que as sustentam) e que apenas anseia pela conquista – à força – do seu “ok!”, por preferir a busca de qualquer acordo que possa sinergizar/sintetizar o melhor de cada posicionamento de si e do outro sujeito, já que para cada um desses que assim atuam – e que não são poucos entre nós – há apenas uma verdade no jogo de forças da relação comunicativa: a verdade de si mesmo.

Os termos diagnósticos desses cenários são tácitos: é improvável que alguém aprenda algo com o outro e – muito menos – que se responsabilize pelas consequências das falas depreciativas/opressivas eventualmente lançadas em direções alheias. Num cenário como esse em que os envolvidos no jogo linguístico não podem “ganhar” conjuntamente, o “vencedor” (ou seja, o que “trolla” o outro, ou o que força um acordo) é, na verdade, também um perdedor. Por tal motivo, para concebermos a transformação do Espaço do Saber num ambiente fértil à progressão da inteligência coletiva, parece-nos cada vez mais evidente – à luz de Lévy e Habermas – que tal caminho passa pela configuração ético-discursiva de cada comunidade comunicativa, de modo que seus integrantes se respeitem internamente e busquem respeitar os que estão fora dela para aprender com o que eles têm a ensinar, tanto quanto se aprende com os que compõem o grupo “local” a que se pertence de modo mais direto. Isso evita que ocorra algo parecido com o que adverte Jaron Lanier (2010, p. 89):

Na ausência de uma matilha, os indivíduos começam a brigar entre si.
É o que acontece o tempo todo em ambientes online. Um estágio

posterior surge quando uma ordem hierárquica é definida. Nesse estágio, os membros da matilha são gentis e apoiam uns aos outros, ao mesmo tempo em que incitam um ódio mais intenso contra os não-membros. (...) Se você olhar um bate-papo online sobre qualquer tema, como violões, poodles ou exercícios aeróbicos, verá um padrão consistente: um bate-papo sobre o *jihadi* é muito parecido com um bate-papo sobre poodles. Uma matilha é criada, e você ou e contra ela ou é a favor dela. Se você entrar na matilha, passa a fazer parte do ódio ritualístico coletivo.

Dualismos na interação tendem a criar fossos éticos de entendimento mútuo e impossibilitar qualquer consenso. Os termos excludentes desse dualismo (“eu estou certo e você errado; portanto, se não aceitas o que eu penso, tu és ignorante/mau/etc.”) deixam de lado uma compreensão que todos deveriam ter à vista, como bem advoga Pierre Lévy (1998), na esteira – aliás – do que também já proclamaram outros tantos pensadores ocidentais, como Sócrates (DUHOT, 2004) e Paulo Freire (2017): todos têm o que ensinar e o que aprender.

No ciberespaço, entre todos os que perdem a oportunidade de aprender com o outro e de se qualificar como inteligente coletivo, há uma forma comum de escape aos resquícios e consequências das experiências a-dialógicas supramencionadas: para os que oprimiram e foram oprimidos por meio de enunciados/postagens em redes de interação, um caminho comum para recomeçarem suas experiências cibernéticas sem efeitos colaterais é mudar seus perfis e/ou suas redes de atuação, especialmente para os que possuem um design que lhes abra a possibilidade do *anonimato* sem consequências, o que, a propósito, também inviabiliza laços de reciprocidade intersubjetiva e, portanto, relações aprendentes.

Em toda experiência comunicativa efetivamente dialógica, os sujeitos precisam estar presentes um diante do outro, mesmo que esse “diante” não signifique um “face a face” (já que a internet deu novos contornos à ideia de presencialidade) e desvele situações críticas de conflito manifestas, por exemplo, numa simples tentativa de entendimento mútuo: ora, colocar-se diante de alguém significa acolhê-lo na sua personalidade, mesmo que sua personalidade mais ou menos desconhecida subtraia nossas seguranças e estimule ressalvas.

Inspirados pela amplitude autonômica da proposta ético-discursiva habermasiana, os sujeitos que se *conflitam* são chamados a reconhecer a legitimidade relacional do outro e a se *comprometer* com isso. Nesses termos, cada um deles se lança num processo de aprendizado que os leva a ampliar sua consciência de que o mundo social não é impessoal, mas construído em comum, o que gera, por sua vez, a

possibilidade de que, engajados intersubjetivamente na construção de termos convergentes de avaliação de suas ações sociais, sejam capazes de apreciar e resolver seus conflitos de modo *consensual* (HABERMAS, 2009).

Na perspectiva habermasiana, os sujeitos só podem aprender a resolver conflitos se se portarem de modo descentrado, atentos aos enunciados que o outro possa oferecer, abandonando, assim, o egocentrismo de uma orientação regulada pelo fim racional do próprio sucesso e submetendo-se aos critérios intersubjetivos da racionalidade do entendimento (HABERMAS, 2002). Em outras palavras, advoga Habermas (1989, p. 164-165):

como é que (pelo menos dois) participantes de uma interação podem coordenar os seus planos de ação de tal modo que Alter possa anexar suas ações às ações de Ego evitando conflitos e, em todo caso, o risco de uma ruptura da interação. Na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o *sucesso*, isto é, para as consequências do seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de seus adversários. A coordenação das ações dos sujeitos que se relacionam dessa maneira, isto é, *estrategicamente*, depende da maneira como se entrosam os cálculos de ganho egocêntricos. O grau de cooperação e estabilidade resulta então das faixas de interesses dos participantes. Ao contrário, falo em agir comunicativo quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um *acordo* existente ou a se *negociar* sobre a situação e as consequências esperadas. Em ambos os casos, a estrutura teleológica da ação é pressuposta na medida em que se atribui as atores a capacidade agir em vista de um objetivo e o interesse em executar seus planos de ação. Mas o *modelo estratégico de ação* pode se satisfazer com a descrição de estruturas do agir imediatamente orientado para o sucesso, ao passo que o *modelo do agir orientado para o entendimento mútuo* tem que especificar condições para um acordo alcançado comunicativamente sob as quais Alter pode anexar suas ações às do Ego.

Essa citação ratifica a descentração como uma referência ético-discursiva fundamental ao agir comunicativo (tal como o conflito, o compromisso e a busca do consenso) e, portanto, a um programa de aprendizagens cooperativas que siga esse princípio teórico, já que, descentrados, os sujeitos podem harmonizar seus planos de ação. Do contrário, quando completamente centrados em si, os sujeitos não têm como aprender com os outros, em seus erros e acertos. Posturas descentradas são fundamentais à tessitura de cenários cooperativos de aprendizagem porque

comprometem os sujeitos com os atos de fala e ação uns dos outros¹², mesmo que as bases desses atos gerem divergências, a ponto de transformar a diversidade de posicionamentos desse *conflito* em benefício comum, através da busca de um *consenso*¹³ pautado numa síntese/negociação dialógica vertida à promoção do melhor argumento¹⁴.

Como sucedâneo do desenvolvimento cognitivo do sujeito, a argumentação é fundamental no agir comunicativo e só desponta na relação linguística quando o sujeito é capaz de descentrar-se e de desenvolver abstrações reflexivas, porque esses são pressupostos imprescindíveis ao reconhecimento do outro, ao comprometimento com suas razões distintas, à possibilidade de se encontrar elos universais que favoreçam atividades conjuntas e aprendizados firmados cooperativamente.

Na esteira dos estudos de Piaget, Habermas (1989) defende que aprender significa ser capaz de ampliar o ponto de vista individual do mundo acolhendo as demais perspectivas do mesmo, mas não só acolhendo-as passivamente, já que o diálogo competente auxilia a maturação dos saberes compartilhados. Nesse sentido, o potencial de inteligência dos coletivos humanos diz respeito ao seu universo de aprendizagens, de tal modo que quanto mais próximos do estágio operatório-formal (Piaget) e pós-convencional (Kohlberg), mas os sujeitos se tornam aptos ao desenvolvimento de aprendizagens reflexivas, cooperativas e engajadas intersubjetivamente à valorização coletiva. Nesses termos, levantam-se razões para o

¹² “A fim de entender-se sobre algo, os participantes não necessitam apenas compreender as proposições utilizadas nos proferimentos: eles têm de ser capazes de se comportar uns em relação aos outros, assumindo o papel de falantes e ouvintes – no círculo de membros não participantes de sua (ou de uma) comunidade linguística. As relações recíprocas e interpessoais, determinadas pelos papéis do falante, tornam possível uma auto-relação, que não precisa mais pressupor a reflexão solitária do sujeito agente ou cognoscente sobre si mesmo enquanto consciência prévia. A auto-referência surge de um contexto *interativo*” (HABERMAS, 2002, p. 33).

¹³ O exemplo da Blitzkrieg mostra que não é o bastante dispor de tecnologias interativas se os sujeitos que delas fazem uso não são competentes para usá-las de modo cooperativo. Para os alemães, a vitória na batalha significou não ter sido suficiente possuir aparato tecnológico (o rádio): era preciso saber se comunicar, para assim, poderem estabelecer cooperação em tempo real. Eles precisavam saber não só utilizar a referida tecnologia (rádio), como se comunicar através dela, o que implica dizer que não só precisavam ser competentes para o uso técnico do instrumento, mas também criar padrões (normas) discursivos mutuamente inteligíveis para guiar a pragmática da comunicação e viabilizar ações coordenadas eficientes no instante do conflito. Esse exemplo é ilustrativo para entendermos a pragmática da comunicação em Habermas, apesar de uma diferença importante: as normas formais da comunicação são criadas pelo comandante, apesar de existirem expressões comunicativas informais criadas pelo universo de combatentes. Além disso, as decisões são unilaterais e é o comandante o referencial para onde converge o *compromisso* coletivo, de onde dimana a solução dos *conflitos* estratégicos da batalha e em quem se firma o *consenso* decisório. Na proposta habermasiana, são os sujeitos que devem assumir dialogicamente esse papel decisório.

¹⁴ “Nas argumentações, os participantes devem partir do fato que em princípio, todos os envolvidos tomam parte, livres e iguais, a uma procura cooperativa da verdade na qual somente pode valer a força sem constrangimento do melhor argumento” (HABERMAS, 2012a, p. 18-19).

pressuposto habermasiano (HABERMAS, 1980) de que as aprendizagens concorrem à evolução social: “aprendizagens reflexivas” fomentam novos horizontes discursivos mais propícios a interações linguísticas fundadas no respeito a pretensões de validade¹⁵, em argumentações solidárias e justas, no sentido ético-discursivo dos termos. Assim é possível vislumbrar a possibilidade de transformar a interação comunicativa numa experiência crítica de reflexão e redirecionamento das atitudes assumidas no cotidiano.

Habermas (2007a) funda sua ética do discurso no princípio universal da argumentação, cuja práxis por ele é vista como referência de entendimento partilhado pelas sociedades humanas no geral, sejam quais forem suas formas de expressões linguísticas. A argumentação pressupõe que os sujeitos “concorrentes”¹⁶ cooperem mutuamente, sejam solidários entre si e justos com o que o coletivo formula normativamente. A troca constante de argumentos é, para Habermas, uma forma privilegiada de agir comunicativo, especialmente quando uma deliberação estiver sendo encampada por interagentes linguísticos. Nesse caso, a força do convencimento se dará pelo melhor argumento enunciado e validado intersubjetivamente. Assim, pode-se evitar o jugo de inclinações particularistas que possam subverter a lógica democrática do consenso, por meio de alguma ação estratégica vertida ao arrebatamento heteronômico.

Inspirada nos princípios ético-discursivos da justiça e da solidariedade, essa cooperação forjada no solo da linguagem se abstém de expedientes coercitivos. No solo normativo de uma comunidade ideal de comunicação (que pode vir a ser qualquer comunidade virtual do ciberespaço ou campos afins de interação linguística), a coerção dá lugar à construção da autonomia coletiva/intersubjetiva¹⁷ e ao acolhimento dos pontos de vista e das expectativas alheias, de modo que o princípio deontológico “D”

¹⁵ “as pretensões de validade (...) podem mensurar soluções de problemas, orientações racionais para a ação, níveis de aprendizado, etc.” (HABERMAS, 2012a, p. 23).

¹⁶ Os gregos das *pólis* antigas consideravam que só pode haver efetiva concorrência/rivalidade entre iguais (*homoiói*). De outro modo, a discrepância de atuação dos sujeitos gera um domínio de uma parte a outra. Os termos dessa ideia grega de concorrência podem nos ilustrar um princípio habermasiano caro a essa concepção de “concorrência”: todos os envolvidos no jogo linguístico sejam *igualmente* capazes de emitir seus juízos, compreender os demais e validar todos eles. Essa “igualdade” pressupõe – para Habermas – uma competência comunicativa. Sem tal paridade, não haverá diálogo, mas um simulacro de diálogo. A interação se revelará monológica.

¹⁷ “Quanto à liberdade subjetiva, não é difícil imaginar que algumas pessoas possam gozar da liberdade e outras não, ou que algumas possam ser mais livres do que outras. A autonomia, ao contrário, não é um conceito distributivo e não pode ser alcançada individualmente. Nesse sentido enfático, uma pessoa só pode ser livre se todas as demais o forem igualmente. A ideia que quero sublinhar é a seguinte: com sua noção de autonomia, o próprio Kant já introduz um conceito que só pode explicitar-se plenamente dentro de uma estrutura intersubjetivista” (HABERMAS, 2007a, p. 13).

(fundado na validade descritiva dos compromissos e normas morais) se revela universalizante (“U”).

Uma norma subsiste ou goza de *validade social* quando é *reconhecida como válida* ou como justificada pelos destinatários dela mesma. Estados de coisas existentes estão representados por enunciados verdadeiros, e normas subsistentes por mandamentos ou sentenças deontológicas gerais, que os destinatários das normas consideram justificados. Que uma norma *valha* significa em termos ideais: ela *recebe* assentimento de todos os atingidos, porque regulamenta os problemas da ação em prol do interesse comum desses mesmos atingidos. Que uma norma *subsista* facticamente significa, por outro lado, o seguinte: a pretensão de validade com a qual ela se apresenta é reconhecida pelos atingidos, e esse reconhecimento intersubjetivo fundamenta a *validade social* da norma (HABERMAS, 2012a, p. 171).

Em vista disso, os interagentes são suscitados a aprenderem a convencer o outro pela força de argumentos descentrados, verdadeiros, sinceros e ajustados a normas que, por sua vez, só são válidas se receberem acolhida de todos os envolvidos e se forem firmadas intersubjetivamente num discurso prático¹⁸. Ora, num discurso prático, um participante que se orienta pela ética do discurso é motivado a tomar decisões fundadas não em razões que reflitam tão somente alguma de suas preferências particulares, ou as de outro, mas em razões a partir das quais todos os participantes possam descobrir juntos – posto o assunto que necessita ser regulamentado – a prática que pode atender igualmente o interesse coletivo (HABERMAS, 2007a).

A linguagem de todos os sujeitos possui uma razão universal, apesar das peculiaridades de sua expressão espaço-temporal por meio dos grupos humanos. Essa base universal inspira Habermas a defender a possibilidade de forjarmos comunidades ideais de fala e ação (HABERMAS, 1991). Nessas comunidades em que os sujeitos se articulam por sentimentos de pertença, a vontade de cada um deve se manifestar e se (re)formar livre de coações internas e externas e todos os enunciados devem ser avaliados e validados argumentativamente nos termos normativos acordados pelos interagentes; nesse processo, segundo Habermas (1991, p. 17), “quando argumentam, os intervenientes têm de partir do princípio de que, em regra, todos os indivíduos em questão tomam parte, enquanto sujeitos livres e iguais, numa busca cooperante da verdade”, ao passo de que o discurso prático se revela como um modo exigente da formação autônoma da vontade.

¹⁸ “O discurso prático, ou melhor, a forma de argumentação que permite tematizar pretensões à correção normativa, constitui o *medium* que permite examinar hipoteticamente se determinada norma de ação, reconhecida faticamente ou não, pode ser justificada de modo imparcial” (HABERMAS, 2012a, p. 50).

Justamente por envolver sujeitos autônomos capazes de dizer “sim” e “não” e valorizar todos os enunciados expressos num jogo interativo de negociações argumentativas (onde todos são igualmente centrais), esse horizonte ético-discursivo do agir comunicativo reclama possíveis “demoras” (LÉVY, 1999a), certamente desconfortáveis aos sujeitos envolvidos na cultura cibernética da comunicação virtual, especialmente quando o que está em questão é o tema da aprendizagem. Ora, o ciberespaço é tecido por sujeitos acostumados à hibridez e celeridade dos (re)arranjos relacionais, identitários, ideológicos, dentre outros. Além da sede por usos sintéticos na construção sintática e semântica dos enunciados linguísticos (fala e escrita abreviadas), por “diálogos” e conclusões rápidas, a compreensão comum de que ter autonomia cibernética significa ser plenamente livre para falar e agir como quiser e sem compromissos graves (como saber – e, principalmente, colher para si, sinergicamente – o que o outro pensa e sente a respeito do seu ato de fala), configura certamente um relevante ponto de clivagem aos termos ético-discursivos do ideal supracitado de aprendizagem. Contudo, se essa cultura híbrida, célere e – de certo modo – “libertina”¹⁹ parece representar um obstáculo aparentemente limitante à consecução de um agir comunicativo nos referidos termos habermasianos, preferimos tratar desse cenário nos termos da atipicidade/distinção²⁰ a considerá-lo bom/melhor ou mal/pior ao que aqui defendemos como ideia final/acabada deste estudo.

Pensamos ser não só possível como muito relevante redimensionarmos esses desafios comunicativos que a atual cultura cibernética nos apresenta. Por trás do agitado intercâmbio de mensagens que é comum a grupos “privados” e a comunidades abertas de discussão virtual, por trás da inabilidade – e quase sempre da indisposição – que tangem os sujeitos formados pela/na cultura das redes virtuais de interação – especialmente os nativos digitais – de concentrarem atenção personificada e paciente a todos os enunciados particulares dos que consigo interagem, ou das dificuldades de buscarem sínteses cuidadosas entre enunciados (preservando o máximo do interesse majoritário), perfazendo algum consenso, por trás de tudo isso estão sujeitos cujas inteligências se comportam de modo frenético e divergente (PALFREY; GASSER, 2011), e são menos afeitas à rigidez de grandes sintetizações (marca típica dos sujeitos

¹⁹ A essa adjetivação atribuímos acepção meramente formal, e não moral.

²⁰ Esse cenário é apenas *atípico* ao que nos acostumamos historicamente, ou seja, ele é desafiador em termos ímpares. Por isso, seguimos – junto a Habermas e a Lévy – na contramão de autores que possam ler esse cenário de um modo pessimista, como se todos esses obstáculos fossem barreiras limitantes, inférteis a proposições universais como se revelam os ideais de agir comunicativo e coletivos inteligentes.

das eras precedentes à informática), já que os enunciados com que eles se relacionam na rede virtual são costumeiramente moleculares, forjados por detalhes abreviados, dispersos e abertos, sem construções sintáticas com longas subordinações.

Todavia, se tudo isso se revela um problema potencial para um diálogo paciente, aprendente²¹, cooperativo, regido por ações coordenadas num plano normativo, com fins planejados intersubjetivamente e atentos à intersecção da riqueza dos saberes e interesses dos sujeitos (tal como às suas competências argumentativas), se isso se revela, portanto, um possível “veneno” (*phármakon*) ao agir comunicativo, isso também se mostra um possível e interessante “remédio” (*phármakon*) para tal, porque pode estimular experiências complexas – porque abertas e expansivas – de aprendizagem. Os pressupostos ético-discursivos inspirados pela razão comunicativa vêm fomentar essa face positiva da inteligência dos sujeitos “ciberculturalizados”, otimizando as qualidades moleculares de suas inteligências para que aprendam a observar mais atentamente o que eles têm a comunicar e como podem usar a linguagem como mecanismo interativo fomentador de intercâmbios de seus saberes e competências compartilháveis.

Nesses termos ético-discursivos, o agir comunicativo não só não massifica os sujeitos ao vinculá-los num acordo normativo e em práticas linguísticas (atos de fala) vertidas ao consenso, mas ao fazê-lo, dá-lhes condições de interseccionarem a molecularidade semântica de seus saberes a partir de (hiper)links sintáticos estabelecidos internamente pelos próprios agentes da comunicação. Assim, o agir comunicativo não só não impõe – aos sujeitos do ciberespaço – laços (links) restritos e homogêneos/lineares de conexão às suas inteligências moleculares/complexas, como garante que essas conexões se ramifiquem expansivamente, sem o risco de que cada possível simbiose de inteligências (saberes e competências) particulares seja anulada por algum jogo de forças sistêmicas ou se percam/isolem nas águas dispersivas do universo diluviano que constitui o ciberespaço.

Por tais razões, o agir comunicativo cultiva, assim, a integração *não homogeneizante* da diversidade de saberes e competências dos sujeitos em relação. A

²¹ “O aprendizado coletivo demora também porque põe em jogo interações e negociações entre seres autônomos, capazes de dizer não (...) Menos inteligentes e menos livres que os homens, as moléculas e *bytes* oferecem, em comparação, muito pouca ‘resistência à mudança’. Deixam-se tratar mais facilmente em tempo real. A lentidão e o ritmo característicos dos processos coletivos indicam a nobreza do humano. Para aprender, pensar, inovar e decidir em comum, é preciso tempo. Para formar juízos em comum, para ajustar e elaborar linguagens, para formar comunidade, também é preciso tempo” (LÉVY, 1999a, p. 74).

propósito dessa inspiração e inseridos em comunidades virtuais “racionalizadas comunicativamente”, esses sujeitos são chamados a construir vínculos de aprendizagem em bases linguísticas normatizadas pragmaticamente à coordenação da ação para fins de promoção coletiva do que cada um tem a compartilhar. Esses pressupostos ético-discursivos do agir comunicativo se aproximam daquilo que Lévy reclama à formação de um coletivo inteligente:

Em um coletivo inteligente, a comunidade assume como objetivo a negociação permanece da ordem estabelecida, de sua linguagem, do papel de cada um, o discernimento e a definição de seus objetos, a reinterpretação de sua memória. Nada é fixo, o que não significa que se trate de desordem ou de absoluto relativismo, pois os atos são coordenados e avaliados em tempo real, segundo um grande número de critérios constantemente reavaliados e contextualizados (LÉVY, 1999a, p. 15).

Nesse sentido, para que as comunidades virtuais do ciberespaço possam se tornar comunidades ideais de comunicação, seus sujeitos devem se comprometer com os discursos dos demais, não podem ser meros ouvintes do que é discutido por eles e devem ser capazes de agir motivados racionalmente à argumentação, à fundamentação dos seus enunciados, à (auto)crítica, à abdicação da violência, à busca do entendimento mútuo e de consensos possíveis. Em outras palavras – reiteramos –, essas vias racionais do agir comunicativo apontam para um referencial ético-discursivo (HABERMAS, 2007b, p. 55) que impele os sujeitos a avaliar a validade normativa dos seus enunciados, a convencer os demais pelos conteúdos enunciativos e a agir de modo não violento buscando acordos em meio aos conflitos que lhes possam envolver. Ao ideal de formação de coletivos inteligentes a não-violência é fundamental: afinal, o projeto de inteligência coletiva – que lhe subjaz – supõe o abandono da perspectiva do poder, perspectiva – a propósito – decisiva para que os inteligentes coletivos perfaçam comunidades ideais de comunicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas frentes anteriores de discussão nos direcionam à reflexão do(s) horizonte(s) possível(is) de consecução de comunidades ideais de comunicação no ciberespaço e, sob outra perspectiva, da transformação do ciberespaço num grande espaço comunitário de interações motivadas pela racionalidade comunicativa.

Se os sujeitos dessa grande rede são competentes para se comunicar uns com os outros através dos suportes tecnológicos de que dispõem, se respeitam os códigos normativos firmados intersubjetivamente (*netiqueta*), se o fazem buscando saídas argumentativas – e, portanto, não violentas – para todas as situações em que precisem ratificar, retificar ou recriar essa *netiqueta* e desenvolver um cenário adequado ao desenvolvimento de práticas linguísticas de cooperação, cremos assim estarem contemplados termos distintos à formação de coletivos inteligentes. Nesse sentido, seus partícipes (os inteligentes coletivos) se revelam privilegiados compositores de comunidades ideais de comunicação e aprendizagens cooperativas.

Aplicados em fomento ao ideal levyniano de formação de coletivos inteligentes, os pressupostos racionais da ética do discurso de Habermas provocam as “consciências” individuais quanto à necessidade das suas aberturas ao funcionamento da inteligência social e ao melhoramento da integração e da valorização das singularidades criadoras que os indivíduos e os pequenos grupos humanos articulam nos processos cognitivos e afetivos da inteligência coletiva articulada no Espaço do Saber (LÉVY, 1999a). Destarte, é nas bases da ética do discurso que esse processo de integração e valorização dos sujeitos pode viabilizar coletivos inteligentes que perfaçam comunidades ideais de comunicação no ciberespaço. Obviamente, essa experiência impele cada inteligente coletivo a assumir a responsabilidade de sempre tomar decisões intersubjetivamente, comprometendo-se com as implicações desse agir e julgando sua correção, motivando reavaliações²². Por tal perfil, aliás, a ética do discurso se revela peculiarmente democrática.

Numa perspectiva tecnopolítica ciberdemocrática, a constituição de coletivos inteligentes – via razão comunicativa – passa pela formação de sujeitos comprometidos intersubjetivamente e autônomos, capazes de proferir discursos competentes em forma e conteúdo, sem que o crivo de sua emissão e validade passe tão somente por representantes (LÉVY, 1999a, p. 66). Coordenados e avaliados em tempo real e por todos os interessados, os atos (inter)subjetivos nas redes interativas das comunidades ciberespaciais se abrem à necessidade de constantes reavaliações

²² De fato, para Lévy (1999a, p. 31), coletivos inteligentes prefiguram comunidades comprometidas com a negociação permanente da ordem vigente (a linguagem, os papéis sociais, os objetivos comuns, etc.) e que, apesar da fluidez com que essas negociações ocorrem nos grupos (seguindo a própria dinâmica dos demais grupos do ciberespaço), há espaço para pensarmos em fundamentos não relativistas para tais ações, o que revela para nós, um lastro coerente à propositura do substrato universalista da ética do discurso de Habermas.

normativas costumeiramente forjadas de dentro da própria comunidade linguística em questão.

Nessa perspectiva, não nos parece impróprio asseverar que, racionalizados comunicativamente e competentes para se comunicarem intersubjetivamente pelas redes cibernéticas de interação online, os sujeitos possam escapar cada vez mais das investidas sistêmicas de dominação, especialmente cômicos de que, com a ampla abertura de canais informacionais e comunicacionais que a internet promoveu, os sistemas sofrem uma relevante e ainda contínua perda da atual capacidade de exercer um controle completo do mundo da vida, em comparação – por exemplo – à recente época de “reinado” e esplendor das mídias de massa, há poucas décadas atrás.

O lastro interativo proveniente desse cenário amplia a capacidade dos sujeitos de buscarem consensos cada vez mais deslocados das emissões normativas dos centros de poder. Quando os sujeitos articulam consensos, fortalecem o “espírito” democrático e dialógico das redes cibernéticas: afirmam uma rede sem centro único e homogêneo, porque tecida por interagentes descentrados e abertos ao diálogo que, por seu turno, pressupõe a abertura ao outro e a expectativa de reciprocidade; afirmam, portanto, um horizonte interativo onde todos os sujeitos são centrais em sua potência heterogênea de fala e ação.

Esse perfil heterogêneo que marca o ciberespaço e seus sucedâneos virtuais (como a *web*) traz uma repercussão decisiva para o “desfecho” do estudo aqui proposto: diante da considerável complexidade que marca atividades coletivas e que muitas vezes gera entraves aos anseios e habilidades dos indivíduos para empreendimentos coletivos (especialmente na *web*) e diante do fato de que, quanto maior o grupo, mais difíceis se tornam as iniciativas de coordenação do agir e até mesmo de comunicação interna, a transformação imediata e universal do mundo da vida ciberespacial numa grande comunidade ideal de comunicação talvez seja irrealizável (ao menos ainda parece ser), ainda mais quando pensamos o quão complexo é dar viabilidade pragmática a comunidades interativas muito amplas (em número de partícipes).

Segundo o cremos, o caminho mais viável de realização pragmática dessa utopia passa pela formação de coletivos inteligentes inseridos em seus mundos da vida particulares (atuais e virtuais). Seguindo a via dos grupos locais – e, portanto, menores – de interação (que são os fios da grande teia ciberespacial), os coletivos inteligentes que, em suas experiências pontuais, venham a ter sucesso no desenvolvimento ideal de

suas comunidades de comunicação, podem expandir essa experiência num *efeito rede*, na horizontalidade dos laços intersubjetivos que vão se ramificando à medida que se consolidam.

Em outras palavras, transformar – de súbito – todo o ciberespaço numa grande comunidade ideal de comunicação parece um desafio de realização mais difícil se a projeção desse processo venha a se realizar partindo do horizonte mais amplo (macroscópico) do ciberespaço. De modo contrário, reiteramos assim, a viabilidade prática do processamento desse ideal a partir das comunidades locais de comunicação, seja se para isso for exigido o cumprimento dos termos pragmáticos que tais comunidades devem assumir seguindo o construto teórico habermasiano (como, por exemplo, a exigência de que os sujeitos se entendam mutuamente e teçam normas acordadas e seguidas por todos, sem exceção), seja se pensarmos no fato de que, apesar de dispormos de dispositivos tecnológicos que tornam possíveis uma interação maciça e simultânea dos sujeitos, isso esbarraria – no mínimo – na limitação cognitiva dos sujeitos para o exercício de uma escuta mútua e atenta a cada sujeito que compõe um coletivo tão numeroso.

Se quisermos compreender tamanha dificuldade, podemos tomar como exemplo nossa experiência de respostas a e-mails e postagens de “amigos” em redes sociais: responder a poucas mensagens de e-mails num correio eletrônico já promove um considerável desgaste psicossomático num indivíduo, o que é ainda mais notável quanto maior for a quantidade dessas mensagens. Qualquer exercício responsorial a todo o conteúdo do correio eletrônico seria impraticável se esse fosse sobrecarregado de mensagens aos milhares e em fluxo de renovação. O mesmo vale para os comentários em redes sociais, não só porque a todo instante um “amigo” qualquer pode ir retroalimentando cada *post* responsivo com réplicas (e tréplicas e etc.) à espera de feedbacks, mas especialmente porque isso acontece como reação em cadeia e sem pontos de chegada, já que cada postagem virtualiza um novo ponto de partida e já que não só costumamos nos sentir impelidos a responder a mensagem principal (com suas réplicas, tréplicas...), mas todas as que se ramificam a partir dela. Nesse sentido, somos tensionados a agir como se fôssemos Sísifos modernos: a cada vez que subimos a montanha em busca de darmos a resposta que de nós se espera, ou seja, de colocarmos a pedra (mensagem-resposta) no seu devido lugar, vemos a pedra rolar de volta e se multiplicar em várias outras. O que nos resta é o fato tácito de que, mesmo usando ferramentas muito sintéticas como o Twitter (com seus 140 caracteres), ainda assim é

improvável que alguém consiga ler atentamente e responder – em tempo hábil e com dedicação isonômica – todos os gorjeios que seus contatos transformam em mensagem.

Essas são algumas das razões pelas quais cremos que o universalismo que marca nossa utopia de transformação da totalidade ciberespacial numa comunidade ideal de comunicação e de aprendizagens cooperativas (porque forjada por coletivos inteligentes capazes de agir comunicativamente) passa pela compreensão de que o ciberespaço é um universal intotalizável (pelo seu tamanho e principalmente por sua fluidez) e que, por tal motivo, parece mais factível concentrarmos os esforços teóricos e práticos da concepção de comunidades ideais de comunicação em grupos interativos menos numerosos.

Por isso reiteramos, em outras palavras: conceber o ciberespaço como uma grande comunidade do agir comunicativo (e unificada por ele) só nos parece pragmaticamente possível se transformarmos cada comunidade “local”²³ da grande rede num espaço efetivo desse modelo de ação. Nesse sentido, as regras do convívio discursivo desses coletivos até podem ser distintas e sofrer mudanças esporádicas ou constantes (os conflitos, compromissos e consensos terão teores específicos distintos), mas o princípio racional de fundamento das comunidades pode ser compartilhado e se manter inalterado, transformando o ciberespaço num ambiente universal de sujeitos de fala e ação.

Nos termos supracitados, defendemos a efetividade desse movimento de transformação do ciberespaço numa comunidade ideal de comunicação se pensarmos o *efeito rede* a que fizemos menção. A respeito desse *efeito* vale ressaltar, no entanto, que, quanto mais aumentam – por exemplo – os empecilhos logísticos (distância, trabalho, imprevistos e, principalmente, os altos custos transacionais) para que uma reunião aconteça com a presença de todos os membros de uma comunidade, mais aumenta o risco de enfraquecimento do *capital social*²⁴. Nesse sentido, uma rápida leitura do tempo presente mostra que a intensa celeridade de nosso *modus vivendi* parece corroborar para o pior desses quadros de capital social em baixa, se não fosse

²³ O local aqui não diz respeito ao território, mas aos interagentes de nossa lista de contato, já que o mundo ciberespacial é afronteiriço, desterritorializado.

²⁴ Quando um sujeito presta um serviço a outro ou quando dirige a alguém sua confiança em emprestar algo de seu uso, temos dois singelos exemplos de hábitos de cooperação que, como aponta Clay Shirky (2012, p. 163), configuram o *capital social* de um grupo. Marca de mundos da vida em que as interações se pautam na solidariedade e na justiça, esse conceito nos evidencia que, quanto mais um coletivo articula para si uma cultura de cooperação, mais se torna inteligente.

pelo fato de que dispomos de tecnologias comunicacionais que nos conectam virtualmente. No caso específico do ideário projetado por Authier e Lévy (1998) em *As árvores do conhecimento*, a engenharia tecnossocial prevista nessa obra encarna essa função de unir os sujeitos para que, cooperando entre si, aprendam cada vez mais novos saberes e competências, aumentando a “inteligência” da própria coletividade da qual são parte, de modo que, num nível macroscópico e seguindo um movimento de enredamento aberto (*efeito rede*), aumentem a inteligência de diversas coletividades (comunidades de comunicação) que possam vir a se formar no ciberespaço, transformando-o, por sua vez, num horizonte ideal de comunicação, por traduzir a unidade (não homogênea e intotalizável) de cada expressão coletiva, a razão do elo que esses particulares assumem como um universal.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER, Michel; LÉVY, Pierre. **As árvores do conhecimento**. 1. ed. Prefácio de Michel Serres. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; MEDEIROS, José Washington de Moraes. **Dialogando com Jürgen Habermas**. João Pessoa: UFPB, 2006.
- DUHOT, Jean-Joël. **Sócrates ou o despertar da consciência**. Trad. de Paulo Menezes. São Paulo: Loyola, 2004. (Coleção Leituras Filosóficas).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Vol. 1. Trad. de Paulo Astor Soethe. Revisão de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martin Fontes, 2012a.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. Vol. 2. Trad. de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martin Fontes, 2012b.
- HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. 2. ed. Trad. de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. 2. ed. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. 3. ed. Trad. de George Sperber, Paulo Astor Soethe, Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2007b.
- HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. 2. ed. Trad. de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. **De l'éthique de la discussion**. Trad. de Mark Hunyadi. Paris: CERF, 1992a.
- HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso**. Trad. de Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento? *In*: **Textos seletos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LANIER, Jaron. **Gadget**: você não é um aplicativo! Trad. de Cristina Yamagami. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 2. ed. Trad. de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999a.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999b.
- LÉVY, Pierre. **Ideografia dinâmica**: rumo a uma imaginação artificial? Trad. de Marcos Marcionilo e Saulo Krieger. São Paulo: Loyola, 1998.
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.
- MEDEIROS, Washington de Moraes. **A racionalidade comunicativa como ágora de processos educativos emancipatórios**. 2008. 240 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- MELO NETO, José Francisco de. **Diálogo em educação**: Platão, Habermas e Freire. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Trad. de Magna França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo**: o poder de organizar sem organizações. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- WIKIPÉDIA. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Netiqueta>. Acesso em 18 de Setembro de 2022.
- WIKIPÉDIA. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Trol_\(internet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Trol_(internet)). Acesso em 18 de Setembro de 2022.